

PROPOSTAS PARA A MELHORIA DA GESTÃO COSTEIRA AMBIENTAL NO BRASIL

*Versão de circulação interna da Rede Ibero Americana de Manejo Costeiro Integrado -
Brasil*

Este documento é o resultado das discussões realizadas em seis eventos da Série Cidades Costeiras Sustentáveis (2007 a 2009) e do Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro (Novembro de 2009).

1) PROPOSTAS DEBATIDAS E APROVADAS NOS EVENTOS CIDADES COSTEIRAS SUSTENTÁVEIS

PLANEJAMENTO URBANO - GESTÃO TERRITORIAL

- ▶ Elaboração dos Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro e de Planos de Gestão associados aos Planos Diretores e aos Planos de Manejo das UCs.
- ▶ Incentivar a incorporação dos instrumentos do GERCO (federal e estadual) nos planos diretores municipais.
- ▶ Aplicação de conceitos da reserva da biosfera urbana nos planos diretores e necessidade de criação de corredores ecológicos.
- ▶ Planejamento urbano com metodologia dos cenários.
- ▶ Indicação, pelos municípios, de áreas não impermeabilizadas para infiltração, segundo os tipos de solo e critérios técnicos.
- ▶ Estabelecimento de Incentivos fiscais e financeiros para edificações e áreas de intervenção urbana com eficiência energética, eficiência e reuso de água e controle resíduos, etc.
- ▶ Implantação de Imposto progressivo na orla.
- ▶ Inclusão da variável ambiental na lei de parcelamento do solo.
- ▶ Incentivo a que mais municípios adotem o Projeto Orla.

- ▶ Pesquisas de novas alternativas de desenho territorial, urbano e arquitetônico.
- ▶ Criação de legislação específica para limitar terrenos da segunda residência e empreendimentos turísticos em municípios costeiros.
- ▶ Elaboração de Planos de gestão orientados às regiões metropolitanas.
- ▶ Definição de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na escala do estado/município

ZONEAMENTO

- ▶ Estabelecer zonas de amortecimento e/ou zonas de exclusão de edificações na linha de costa.
- ▶ Macrozoneamento na escala da união, identificando áreas não aptas a atividades como portuária, extração petróleo, carcinicultura, etc.
- ▶ Exigência de Avaliação Ambiental Estratégica de políticas públicas como pré-requisito para ZEEC.
- ▶ Estabelecimento de ZEEC com base na biodiversidade e áreas prioritárias.
- ▶ Incentivar os zoneamentos ecológicos e econômicos regionais como forma de planejamento estratégico e territorial.
- ▶ Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura - PLDM em conexão com os Planos de Saneamento Básico, Planos Diretores Municipais e zoneamento marinho.
- ▶ Definição da metodologia de Zoneamento Econômico Ecológico da região marinha.
- ▶ Estabelecer parâmetros básicos para o ZEEC com realização do zoneamento terrestre e marinho conectados.
- ▶ Definição de que forma o município poderia participar do ZEE marinho.
- ▶ Integrar Plano de Ordenamento Náutico ao ZEEC.
- ▶ Zoneamento marinho interior (até aonde vai a influência marinha).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- ▶ Criação de UC marinhas como forma de conservação dos recursos pesqueiros e cultura tradicional.
- ▶ Criar novas UC Costeiro Marinhas de acordo com os compromissos já assumidos frente à convenção da biodiversidade.
- ▶ Incluir UCs Costeiro Marinhas como instrumentos de minimização das mudanças climáticas e seus efeitos sobre a zona costeira.
- ▶ Incluir UCs Costeiro Marinhas como instrumentos de gerenciamento costeiro.
- ▶ Incentivar a criação de UCs municipais nas cidades costeiras (como minimização dos efeitos dos Gases de Efeito Estufa e conservação da biodiversidade).
- ▶ Parceria/colaboração/contratação com universidades e ONGs e empresas para monitoramento das UCs e outras áreas da costa.
- ▶ Implantar protocolos de monitoramento nas UCs Costeiro Marinhas.
- ▶ Incentivar o estabelecimento dos planos de manejo e conselhos consultivos nas UCs costeiro e marinhas.
- ▶ Promover a regularização fundiária das UCs.
- ▶ Destinar Royalties de petróleo para UCs Costeiro Marinhas e estabelecer linha de fomento da Agência Nacional do Petróleo para aparelhamento e pesquisa nas UCs Costeiro Marinhas.

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

- ▶ Exigência de realização de estudos ambientais estratégicos para a elaboração do ZEEC.
- ▶ Alteração da lei 7.661/88 quanto à exigência de EIA/RIMA e definição do tipo de avaliação de impacto ambiental a ser feita conforme o tipo e impacto do empreendimento.
- ▶ Exigir estudos de impacto cumulativo e de alternativas locais e técnicas dos empreendimentos.

- ▶ Exigir avaliação de impactos sócia ambientais dos passivos de empreendimentos desativados.
- ▶ Discutir a matriz energética e sua relação com a ZC;
- ▶ Considerar cenários futuros para balizar as ações definidas hoje
- ▶ Incentivo a que as políticas de mudanças climáticas federal, estaduais e municipais considerem a relação com o gerenciamento costeiro.
- ▶ Incentivo a políticas municipais de gerenciamento costeiro que considerem as mudanças climáticas
- ▶ Agendas 21 municipais das cidades costeiras considerem a questão das mudanças climáticas

INDICADORES DE MONITORAMENTO AMBIENTAL E DE GOVERNANCA

- ▶ Estabelecimento de programa de monitoramento ambiental e de ações gerenciais, com definição e divulgação dos indicadores.
- ▶ Criação de rede de monitoramento da costa.
- ▶ Estabelecer um Programa de Controle e Monitoramento da erosão costeira

SANEAMENTO

- ▶ Implantação de saneamento básico adequado em áreas rentáveis e não rentáveis para o operador do sistema.
- ▶ Incentivar programas e linhas de financiamento para a implantação de sistemas de saneamento ambiental alternativo, popular e de domínio público para comunidades costeiras.
- ▶ Considerar a conexão das Estações de Tratamento de Efluentes com as bacias hidrográficas e quando possível, não permitir que emissários levem efluentes para corpos receptores fechados ou de baixa energia.

PRAIAS

- ▶ Garantir o livre acesso às praias.
- ▶ Estabelecer mecanismos de efetividade das normas de uso das praias.
- ▶ Regulamentar a retirada de areia das praias.
- ▶ Adotar sistema de classificação de qualidade ambiental de praias considerando indicador de saúde pública e qualidade ambiental, incluindo qualidade de água e areia

PESCA

- ▶ Incluir na gestão costeira, instrumentos de regulamentação da pesca.
- ▶ Fomentar planos de ordenação de pesca nas UCs de Uso Sustentável – integração com a cadeia produtiva.

TURISMO

- ▶ Apoiar as redes de turismo comunitário já existentes no Brasil.
- ▶ Destinar porcentagem dos recursos de incentivo ao turismo na ZC ao desenvolvimento de turismo comunitário.
- ▶ Incentivar programas de desenvolvimento para o turismo comunitário/rural.

PORTOS E MARINAS

- ▶ Realização de Avaliação Ambiental Estratégica para a implantação, ampliação e revitalização de áreas portuárias.
- ▶ Inserção do tema Mudanças Climáticas e elevação do nível do mar nos projetos de implantação, ampliação e revitalização de áreas portuárias.
- ▶ Consideração dos demais projetos e equipamentos existentes na região, na elaboração dos projetos de revitalização portuária

- ▶ Participação democrática da sociedade na definição das áreas prioritárias para as atividades portuárias, considerando-se o valor e função ambiental, cultural, étnico, tradicional, histórico e social dos ambientes costeiros para avaliação.
- ▶ Elaboração dos Planos Diretores Portuários em conjunto com os Planos Diretores das Cidades.
- ▶ Estabelecimento e execução de gestão ambiental portuária, da política ambiental portuária e gestão SMS - Saúde, Meio Ambiente e Segurança nos portos, com definição de metas a serem alcançadas.
- ▶ Obrigatoriedade de SGA para marinas e portos desportivos.
- ▶ Definição de fontes de recursos para as ações de gestão ambiental portuária.
- ▶ Regularização fundiária dos terminais portuários e turísticos.
- ▶ Estabelecimento de programas de fiscalização e monitoramento dos empreendimentos portuários e turísticos.
- ▶ Diagnóstico, avaliação e monitoramento de impacto sócio ambiental dos portos em funcionamento.
- ▶ Estabelecimento de normas ambientais e de infra-estrutura para marinas.

CAPACITAÇÃO, INFORMAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO

- ▶ Desenvolvimento de ações de educação ambiental e informação sobre as atividades portuárias para os municípios (moradores) e trabalhadores do porto.
- ▶ As políticas de expansão das atividades portuárias devem ser acompanhadas de políticas de capacitação.
- ▶ Disponibilização de informações para a sociedade e gestores públicos através de campanhas de valorização da costa e do mar, conduta consciente, valorização dos ecossistemas costeiros e UCS, etc.
- ▶ Realizar campanha de informação/comunicação sobre a zona costeira e o GERCO / Plano estratégico de comunicação dos instrumentos do gerenciamento costeiro aos estados e municípios.

- ▶ Incentivar programas e projetos de sensibilização sócio ambiental na ZC, priorizando ações como o programa conduta consciente para outros ambientes costeiros (além do ambientes recifais) e os planos de manejo das áreas protegidas costeiro-marinhas.
- ▶ Inserir temas relevantes à gestão costeira nos currículos escolares
- ▶ Fomentar o conhecimento e disseminação sobre os ambientes marinhos.
- ▶ Programa continuado de mentalidade marítima.
- ▶ Valorização dos ecossistemas costeiros das UCs como instrumento de sensibilização.

INSTITUCIONAL

- ▶ Efetivar a Integração GERCO com a gestão das bacias hidrográficas.
- ▶ Integração entre as diferentes esferas de governo como, por exemplo: maior interlocução entre o Ministério do Turismo (MTur) - política de turismo nos destinos indutores e os demais órgãos que trabalham na ZC – governamentais e não governamentais.
- ▶ Integração do Comitê Gestor do Turismo e do Comitê Gestor do Projeto Orla.
- ▶ Maior participação da Marinha do Brasil em comitês, planos de gestão, conselhos e câmaras técnicas.
- ▶ Melhor definição e esclarecimento das competências nas áreas da união, incluindo águas costeiras.
- ▶ Reavaliar o gerenciamento costeiro e sua estrutura de gestão no Brasil.
- ▶ Repensar a conformação e representatividade do GI-GERCO e PAF / Fortalecimento.
- ▶ Implantar Fórum da Sociedade Civil, academia e usuários/atores na ZC e que tenha cadeira nos fóruns de discussão governamental (GI-GERCO, CIRM), permitindo a participação democrática da sociedade em todas as instâncias.

2) DEBATE E PROPOSIÇÕES DO ENCOGERCO

- ▶ Incentivar apoio à aprovação do Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Químicos e Sólidos
- ▶ Formatar a definição de Avaliação Ambiental Estratégica para a Zona Costeira
- ▶ Realizar diagnóstico do Gerenciamento Costeiro nos Estados e Municípios para avaliar quais instrumentos foram implementados e quais os resultados
- ▶ Manter e incentivar reuniões e fóruns de discussão sobre gerenciamento costeiro, em especial com gestores estaduais e municipais
- ▶ Estruturar, fortalecer e dar condições de atuação a órgãos e instituições de formação de conhecimento
- ▶ Criar sistemas de alarme precoce sobre eventos climáticos
- ▶ Formatação de um projeto “orla” fluvial
- ▶ Usar o G17 (coordenadores estaduais) como canal de diálogo para o fórum da zona costeira
- ▶ Rever a estrutura atual para a gestão costeira no âmbito do Ministério do Meio Ambiente
- ▶ Manutenção de matas ciliares / Código Florestal
- ▶ Empoderamento da sociedade civil para participação em fóruns, conselhos, etc.
- ▶ Legislação que limite a aquisição de grandes áreas costeiras, por instituições/empresas estrangeiras



FÓRUM PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DO MAR

- ▶ Disponibilização de boas práticas
- ▶ Trabalhar junto à frente ambientalista na aprovação de fundos para fomento de ações de capacitação, monitoramento, recuperação e pesquisa
- ▶ Listagem de demandas de curto, médio e longo prazo para definir aplicação de recursos